

Situações extraordinárias exigem ações extraordinárias

Antônio Corrêa de Lacerda

Economista, Prof. e Diretor da PUC-SP e presidente do Cofecon Brasil

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, apresenta um painel com informações socioeconômicas dos principais impactos da Covid-19 na Bahia. O portal **SEI Colab: Evidências e Desafios da Covid-19**, apresenta dados e previsões estatísticas sobre a pandemia e análises de possíveis impactos na estrutura dos serviços públicos de saúde e na atividade econômica do estado. Além dessas contribuições, o painel também traz a colaboração de pesquisadores nacionais e de importantes agentes da atividade produtiva no país e no estado em entrevistas que versam sobre os referidos impactos e os possíveis desdobramentos em cenários pós-pandemia. Nessa edição, o entrevistado é o presidente do Conselho Federal de Economia do Brasil, Antônio Corrêa de Lacerda, que também é professor e diretor da Faculdade de Economia, Administração, Ciências Contábeis e Atuariais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Leia a entrevista na íntegra abaixo:

SEI-Colab: Após termos superado a crise de 2008 com um receituário econômico heterodoxo, com a expansão da presença do estado na economia, como saímos dela agora como uma política econômica de estado mínimo?

Prof. Antônio Corrêa de Lacerda: O debate macroeconômico brasileiro é influenciado por sofismas que dificilmente se sustentam à luz das melhores teorias e bem sucedidas políticas econômicas adotadas internacionalmente. Embora de fácil assimilação e contar com a complacência do “senso comum”, analogias simplistas limitam uma discussão mais séria sobre as alternativas para a economia brasileira.

Um exemplo é a visão equivocada de “economia doméstica” no que se refere ao orçamento público. A falsa ideia de que “o Estado tem que fazer como as famílias, que reduzem seu gasto na crise” foi um dos argumentos para a aprovação, no final de 2016, da Emenda Constitucional 95. O problema, como apontamos na época, é que a visão que sustentou sua adoção e aprovação parte de um vício de origem que desconsidera o papel do Estado, tanto o que lhe é definido na Constituição Federal, quanto de exercer seu poder de monopólio de emissão monetária e de dívida pública, o resultado dessas falsas premissas e estratégias é um processo autofágico em que mais cortes significam mais crise e, portanto, desajuste fiscal, ao contrário do pretendido, uma vez que menos atividade econômica diminui a arrecadação, não apenas pela menor geração de impostos, mas com o aumento da dificuldade de empresas e famílias pagarem suas obrigações gerando crescimento da inadimplência. É hora de se libertar desses dogmas, pois estamos diante da maior crise da nossa história. Situações extraordinárias exigem ações extraordinárias.

SEI-Colab: Como o governo conseguirá adotar políticas coerentes para evitar que a recessão se transforme numa depressão?

Prof. Antônio Corrêa de Lacerda: As políticas a serem adotadas implicarão um custo da ordem de R\$ 700 bilhões (10% do PIB), ao ano. Não há obviamente espaço para tal no Orçamento e será preciso ampliar a dívida



Antônio Corrêa de Lacerda
Presidente do Cofecon

pública para fazer frente aos gastos. É um montante expressivo, mas, a decisão de não implantá-las significará um custo econômico e social muito mais elevado, dado o aprofundamento da depressão e seus efeitos como a quebra de empresas, aumento do desemprego e colapso da renda e também colapsaria a arrecadação tributária. Ou seja, a eventual decisão equivocada de não ampliar os gastos imediatamente, além do enorme custo econômico e social, provocaria um forte impacto fiscal negativo! Vai ser preciso romper paradigmas. Isso juntamente com a capacidade de gestão na crise serão determinantes para amenizar os seus efeitos.

SEI-Colab: O que esperar desta crise para o setor produtivo brasileiro (industrial, comercial, financeiro) no Brasil? Qual a expectativa da retomada dos negócios?

Prof. Antônio Corrêa de Lacerda: O PIB de 2020 dificilmente escapará de um resultado negativo em cerca de 5%. Tudo vai depender da evolução da crise sanitária e das medidas a serem adotadas pelo governo.

Mas, no período 2017-2019 já vínhamos com um crescimento muito baixo, de apenas cerca de 1% ao ano, muito aquém do desejável e necessário. O nível da formação bruta de capital físico (os investimentos em construção civil, máquinas e equipamentos) mesmo antes da crise do corona vírus ainda era cerca de 25%, inferior a 2013, antes da crise.

O desafio é alcançar um crescimento mais robusto e sustentado, recuperar os investimentos, o emprego e a renda. Mas, enquanto não nos livrarmos da insistência em incorrer em caminhos equivocados e baseados em falsas premissas, o resultado infelizmente será um “mais do mesmo”. >

Prof. Antônio Corrêa de Lacerda: Sem mudar o foco dificilmente lograremos êxito na reversão da crise e em atingir o almejado desenvolvimento sustentável, econômica, ambiental e socialmente.

SEI-Colab: Na sua opinião, quais setores tendem a ser mais beneficiados por uma suposta intervenção mais direta do Estado?

Prof. Antônio Corrêa de Lacerda: O Brasil tem grande potencial, mas, é lamentável que o tema política industrial esteja fora da agenda. A crise no setor industrial brasileiro é estrutural e persiste há anos. O nível médio atual da produção industrial atual é semelhante ao de dez anos atrás, quando o Brasil começava a superar os impactos dos efeitos da crise *subprime* norte americana. A participação da indústria de transformação no PIB está hoje restrita a pouco mais de 10%. É a metade de 20 anos atrás! É muito pouco, contra uma média internacional de 16%, e bem abaixo do verificado em países como México (17,5%) e Coréia do Sul (27,6%). Vários fatores estruturais têm impactado negativamente a indústria brasileira, que vive os efeitos da desindustrialização precoce. Crédito caro e escasso, política cambial errática e longo período de valorização do real, mais as agruras do “custo Brasil”, se encarregaram de agravar o aprofundamento da crise. Condições macroeconômicas desfavoráveis e políticas industriais ausentes ou titubeantes tampouco reverteram a situação.

O resultado foi o avanço das importações, especialmente advindas da China, substituindo a produção local. As exportações de industrializados também prejudicadas pelos mesmos fatores mencionados perderam espaço, ou estagnaram e um mercado internacional hiper competitivo. A balança comercial brasileira segue superavitária influenciada pelo excelente desempenho dos complexos agro, mineral e de carnes. Mas a questão aqui não é “ou”, mas, “e”. O Brasil é um dos poucos países que pode manter ampla pauta de produção e exportação nos setores em que já mantém posição de destaque, sem, no entanto, em detrimento da indústria e serviços sofisticados.

SEI-Colab: Qual será o tamanho do impacto na empregabilidade da economia brasileira durante a pandemia?

Prof. Antônio Corrêa de Lacerda: Uma redução do desemprego, como estatisticamente vem ocorrendo é sempre benéfica. No entanto hoje o “estoque” de desempregados é imenso, criando um “déficit social” expressivo. São cerca de 27 milhões de pessoas excluídas do mercado de trabalho, e portanto do consumo, considerando os desocupados, 12 milhões, mais de cerca de 5 milhões de desalentados e outros milhões sub-ocupados. Infelizmente, o quadro continuará dramático nos próximos anos.

SEI-Colab: O Governo Federal anunciou a criação de uma linha de crédito para o pagamento de salários de funcionários de pequenas e médias empresas por até dois meses. Em contrapartida, o empresário teria que se comprometer a não demitir os trabalhadores em decorrência da crise causada pela pandemia do coronavírus. O senhor considera que essa medida é suficiente para evitar uma derrocada dos setores produtivos e da empregabilidade?

Prof. Antônio Corrêa de Lacerda: É preciso fazer muito mais. A taxa básica de juros (Selic) foi reduzida para 3,75%, menor nível nominal histórico brasileiro. Mas, embora a taxa básica de juros seja relevante e uma condição necessária, ela não é suficiente, por si só, para estimular a produção. Há outros fatores relevantes a ser considerados. Uma Selic mais baixa é importante para as decisões na produção e sempre lembrada e reivindicada pelos agentes, uma vez que diminui o “custo de oportunidade” do capital. Sendo a base de remuneração das aplicações financeiras, o investimento na produção, em tese, passaria a ser estimulado. Porém há ainda um aspecto significativo do verdadeiro “vício brasileiro” que é a enorme distância entre o nível da taxa básica de juros e aquelas oferecidas ao tomador final. E isso também cabe ao Banco Central, que é o regulador do mercado. Também não vejo viável dispensar a atuação dos bancos públicos, em especial o BNDES para fomentar a reindustrialização brasileira.

// O Brasil é um dos poucos países que pode manter ampla pauta de produção e exportação nos setores em que já mantém posição de destaque, sem, no entanto, em detrimento da indústria e serviços sofisticados. //

SEI-Colab: O Coronavírus vai condenar toda a década de 2020? Estamos novamente diante da possibilidade de uma nova década perdida?

Prof. Antônio Corrêa de Lacerda: Vamos ter uma década perdida. Mas, como argumentei antes, isso não se deve apenas ao coronavírus. Estamos construindo esse caminho há um bom tempo.

SEI-Colab: Como o senhor enxerga o futuro da economia brasileira pós pandemia?

Prof. Antônio Corrêa de Lacerda: Os desafios que se apresentam para o futuro, portanto, envolvem não apenas a correção dos graves desequilíbrios sistêmicos brasileiros e seus impactos na indústria, mas a definição e implementação e políticas de competitividade (industrial, comercial e de inovação) nos moldes das melhores práticas internacionais e locais. Seria equivocado apostar que apenas as “forças do mercado” e a “fé” na abertura comercial poderiam por si só nos recolocar no caminho do desenvolvimento. Não foi assim nas melhores experiências internacionais conhecidas.

Os pressupostos da chamada Indústria 4.0 está a nos exigir estratégias ousadas, mas, igualmente, seria um equívoco desconsiderar a experiência da indústria tradicional e resiliente no Brasil. Isso não vai se dar somente pelas “forças do mercado”. Uma boa estratégia pressupõe o diagnóstico adequado. Do contrário, avaliações equivocados nos levarão, inexoravelmente, a falsas soluções.